

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA**  
2 **HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - CEIVAP DE 2008**

3  
4 **DATA:** 29 de maio 2008

5 **HORÁRIO:** 12h às 17:30 horas

6 **LOCAL:** sede da AGEVAP, em Resende /RJ

7  
8 **PARTICIPANTES:**

9 **São Paulo**

10 Edilson de Paula Andrade (SESE/DAEE); Marcos Martinelli (SEAA); José Roberto Schmidt (SEMA); Luiz  
11 Roberto Barreti (Prefeitura de São José dos Campos); Luiz de Gonzaga Santos (Prefeitura de Aparecida);  
12 Nádia Cristina Monteiro (FEMSA-Kaiser); Mário Leonel Lima Regazzini (EMBRAER); Mário Pero Tinoco  
13 (SABESP); João Alberto Cardoso de Oliveira (CESP); Breno Gurgel (ABES-titular); Jorge Monteiro  
14 (ABES-suplente); Andréa Francomano (Associação dos Advogados de São José dos Campos); Teresa  
15 Cristina Brazil de Paiva (Escola de Engenharia – USP); Sueleidy Prado (Vale Verde); Leesander Alves da  
16 Cruz (UNA nas Águas); Carlos Roberto Aguiar (Instituto Eco Solidário).

17  
18 **Rio de Janeiro**

19 Marilene Ramos (SERLA-titular); Fátima Casarin (SERLA-suplente); Eliane Pinto Barbosa  
20 (SECT/SEEPES); Madalena Sofia de Oliveira (Prefeitura de Barra do Piraí); Zenilson do Amaral Coutinho  
21 (ASFLUCAN); Oswaldo Pires Gonçalves (Light); Heitor Barreto Corrêa (Itaocara Energia); Marco Túlio  
22 Xavier Lanza (Votorantin Metais); Renine César de Oliveira (AMPAS); Carlos Eduardo Tavares de Souza  
23 (Águas do Paraíba S.A.); Maria Luiza Ferreira da Silva (ASSEMAE); Isabel Cristina Reis da Silva (SAAE-  
24 Volta Redonda); Marcelo Barcellos Motta (CEDAE); Denival da Costa (Assoc.Ecológica Vale do Paraíba);  
25 Paulo Jorge Xavier de Souza (FUNDENOR); Friedrich Wilhelm Herms (UERJ); José Alfredo Sertã (ABES);  
26 Ligia Nascimento Araújo (ABRH); Vera Lúcia Teixeira (Ong Nosso Vale!Nossa Vida).

27  
28 **Minas Gerais**

29 Paulo Teodoro de Carvalho (SEMAD); Marília Melo (IGAM); Joaquim Arildo Borges (SEAPA); Virgílio  
30 Furtado da Costa (Prefeitura de Piau); Lúcia Helena Baldanza (Prefeitura de Muriaé); Wagner Soares da  
31 Costa (FIEMG); Edson Machado Gomes Filho (COPASA); Cláudio Amaral (Fazenda Pedra Branca); Maria  
32 Aparecida Vargas (Zona da Mata Geração); Felício Brum Lugão (Coletivos Muriaense) Antônio José  
33 Francisco (Consórcio do Rio Muriaé).

34  
35 **Convidados:**

36 Marcelo Roberto Rocha de Carvalho (Furnas); Mônica Miranda Falcão (SERLA); José Edson Falcão de  
37 Farias Jr. (SERLA); Bruno Augusto Dias Borges (engenheiro ambiental); Josemar Coimbra (SERLA); Jorge  
38 José do Nascimento (Lght); Heitor Barreto (Itaocara Energia); Raquel Almeida (SAAE-Barra Mansa);  
39 Humberto Duarte Andrade (Light); Otaviano Diniz (Light); Ana Cláudia Zamboti (Prefeitura de Volta  
40 Redonda); Ricardo Pinto Silva (CESAMA); Paulo Valverde (CESAMA); Krishna Neffa (UFRJ); Rogério  
41 Bigio (SRHU/MMA); Larisa Malty (SRHU/MMA); Maria do Carmo Silva (Nosso Vale!Nossa Vida); Mauro  
42 Pimentel (ABES/RJ); Sérgio Leal (IGAM); Luiz Firmino (SERLA); Moema Versiani (SERLA); Ernane  
43 Ramos (SERLA); Luiz Roberto Andrade e Souza (SERLA).

44  
45 **Ausências justificadas:**

46 Mauro Ribeiro Viegas (FIRJAN/RJ); Ninon Machado (Instituto Ipanema/RJ); André Lermontov (Águas do  
47 Imperador S.A/RJ); Márley Caetano de Mendonça (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano-  
48 MMA); Sérgio Dias Canella (Furnas Centrais Elétricas/RJ); Georgina Mucci (FUNCEC/MG); Marcos André  
49 Sobral Escada (REVAP – SMS/MA – Petrobrás/SP); Carlos Amaro Chicarino (Secretário de Meio  
50 Ambiente); Carlos Alexandre de Miranda (ArcelorMittal – Juiz de Fora/MG); Danilo Henrique Vergílio  
51 (Votorantim Celulose e Papel/SP).

52  
53 **PAUTA:**

- 54  
55 1- Leitura e aprovação da ata da última reunião (12/02/08);  
56 2- Comunicações;

- 57 3- Eleição e posse do Secretário do CEIVAP, em complementação do mandato relativo ao biênio  
58 2007/2009;
- 59 4- Agenda Anual de Atividades do CEIVAP;
- 60 5- Posse dos membros da Câmara Técnica Consultiva e apresentação do Coordenador;
- 61 6- Deliberação que regulamenta a Comissão de Acompanhamento ao contrato de Gestão;
- 62 7- Apresentação do Grupo de Trabalho de Operação Hidráulica;
- 63 8- Previsão global de Receita oriunda da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para o exercício de  
64 2009;
- 65 9- Apresentação da ANA sobre a situação de inadimplência, inscrição na Dívida Ativa e no CADIN,  
66 pagamento em juízo, parcelamento de débitos, cobrança da transposição e Convênio de Integração;
- 67 10- Convênio IGAM-AGEVAP para o Comitê do Pomba-Muriaé e para o Comitê Preto-Paraibuna;
- 68 11- Apresentação de proposta de elaboração conjunta com o sistema CEIVAP/AGEVAP do “Programa  
69 de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul”.
- 70

71 **Abertura** – O Presidente do CEIVAP, Sr. Paulo Teodoro de Carvalho, representante da Secretaria de  
72 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – SEMAD/MG, abriu a 2ª  
73 Reunião Ordinária, propondo iniciar os trabalhos pelos itens 1, 2 e 4 da pauta, aguardando que se atingisse o  
74 quorum, para proceder à eleição do Secretário do CEIVAP.

75

## 76 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

### 77 **1-Leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária do CEIVAP de 2008, realizada em** 78 **12/02/08**

79 A representante da SERLA/RJ, Sra. Fátima Casarin, solicitou alteração na sua fala registrada na linha 225;  
80 onde se lê: “A representante da SERLA/RJ (Sra. Fátima Casarin) considera que o CEIVAP não é o espaço  
81 para a **reivindicação** dos pequenos municípios”; que se leia: “(...) *considera que o CEIVAP não é o espaço*  
82 *para **pressão** dos pequenos municípios, sem que a ação esteja contemplada no Plano da Bacia ou analisada*  
83 *pela Câmara Técnica do CEIVAP*. Feita esta correção, a ata foi aprovada.

84

### 85 **2-Comunicações**

86 O representante do DAEE/SP, Sr. Edilson de Paula Andrade comunicou que, no dia 6 de junho, acontece o  
87 pregão em São Paulo, para escolha da empresa que fará a limpeza das macrófitas da calha do rio Paraíba do  
88 Sul. Explicou que o processo de licitação e, depois, o acompanhamento dos trabalhos serão conduzidos pelo  
89 DAEE. Informou que serão investidos R\$ 4 milhões nessa ação, sendo R\$ 2,5 milhões do governo federal e  
90 R\$ 1,5 milhão do DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica de São Paulo.

91

### 92 **4- Agenda Anual de Atividades do CEIVAP**

93 O Presidente do CEIVAP referiu-se a uma agenda proativa do Comitê montada pela AGEVAP no início do  
94 ano. E chamou o Diretor interino da AGEVAP, Sr. Hendrik Mansur, para apresentar a proposta de Agenda  
95 Anual de Atividades do CEIVAP.

96 Ele apresentou uma tabela com a relação das atividades a serem realizadas pelo CEIVAP até dezembro de  
97 2008, quais sejam:

- 98 - Promoção de debate sobre as transposições e derivações internas e externas à bacia;
- 99 - Criação da Câmara Técnica Consultiva (já realizada);
- 100 - Aprovação da Agenda Anual de Atividades;
- 101 - Aprovação do Plano Anual do CEIVAP;
- 102 - Definição de ajuda de custo aos membros do Comitê que venham representá-lo oficialmente em outros  
103 fóruns;
- 104 - Definição de ajuda de custo aos membros do Comitê representantes de organizações não governamentais,  
105 do segmento das organizações civis de recursos hídricos, para participação em plenárias da Câmara Técnica  
106 Consultiva ou de Grupos de Trabalho do próprio Comitê;
- 107 - Criação de Comissão Eleitoral (instituir critérios e procedimentos para o processo eleitoral);
- 108 - Aprovação de edital do processo eleitoral do CEIVAP,
- 109 - Convênio de Integração;
- 110 - Plano de Aplicação / Manual de Investimento;
- 111 - Apreciação da Revisão do Plano de Bacia;
- 112 - Aprovação do orçamento exercício 2009;

- 113 - Aprovação de Deliberação revogando a Deliberação 65/2006, tendo em vista o mecanismo diferenciado e  
114 novo prazo proposto pela AGEVAP para a realização dos estudos de aperfeiçoamento da metodologia de  
115 cobrança;  
116 - Análise da proposta de atualização da metodologia de cobrança (para 2009);  
117 - Aprovação de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para alocação de recursos para o ano de 2009;  
118 - Apreciação do Convênio entre a AGEVAP e o IGAM (em andamento);  
119 - Aprovação de recurso financeiro para o PRODES.

120 O Diretor interino da AGEVAP aproveitou para informar que a ANA decidiu que não vai considerar como  
121 recurso arrecadado os pagamentos feitos por aqueles usuários contemplados com o mecanismo diferenciado.  
122 Por conta disso, o Diretor recomendou que o CEIVAP reveja a Deliberação que dispõe sobre esse  
123 mecanismo.  
124

### 125 **3-Eleição e posse do Secretário do CEIVAP, em complementação do mandato relativo ao** 126 **biênio 2007/2009**

127 Alcançado o quorum, o Presidente do CEIVAP voltou ao item 3 da pauta, procedendo à eleição do Secretário  
128 do CEIVAP; solicitou que fossem apresentados os candidatos ao cargo, lembrando que o Plenário estaria  
129 elegendo o substituto para a ex-secretária Sra. Ana Maria de Gouvêa, representante da Fundação Christiano  
130 Rosa/SP, que entregou o cargo por ser candidata a prefeita de Piquete/SP. Portanto o novo Secretário deveria  
131 ser eleito entre os representantes do setor das organizações civis do estado de São Paulo. O representante do  
132 DAEE/SP indicou, em nome dos representantes de São Paulo, o Sr. Breno do Amaral Gurgel, engenheiro de  
133 carreira da SABESP e representante da ABES/SP no CEIVAP. Ele destacou a larga experiência do candidato  
134 em atuação em câmaras técnicas, e sua grande vivência em comitê de bacia – experiência e vivência  
135 adquiridas através de sua participação no Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul – CBH-PS,  
136 o Comitê Paulista.

137 O representante da Prefeitura de Piau/MG, Sr. Virgílio Furtado, não aprovou o nome do Sr. Breno Gurgel,  
138 porque ele é coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP; e, como não terá condições de  
139 acumular os dois cargos, sua eleição para Secretário do CEIVAP significaria que ele deixaria a coordenação  
140 da CTC; o que, no entender do representante da Prefeitura de Piau, seria uma grande perda, considerando sua  
141 competência e eficiência à frente da CTC. Como alternativa, ele indicou o nome da Sra. Andréa  
142 Francomano, representante da Associação dos Advogados de São José dos Campos. Ela agradeceu sua  
143 indicação, mas manifestou seu apoio à indicação do Sr. Breno Gurgel. Propôs que, em cumprimento ao  
144 Regimento Interno do CEIVAP, os representantes das organizações civis dos três estados da Bacia (SP, RJ e  
145 MG), presentes na reunião, decidissem conjuntamente a escolha do novo Secretário. Informou que, a partir  
146 da próxima reunião, ela não estará mais representando a AASJC/SP e sim a Prefeitura de Jacareí/SP.  
147

148 O Presidente do CEIVAP fez uma breve interrupção dos trabalhos, para receber a nova Secretária de Estado  
149 de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Sra. Marilene Ramos, membro atuante do CEIVAP desde a época de  
150 sua instalação, no final da década de 90, atualmente representando a SERLA/RJ no Comitê. O Presidente  
151 disse que o Plenário do CEIVAP se sentia orgulhoso e honrado por um de seus membros ter sido convidado  
152 a ocupar o cargo de Secretário de Estado de Meio Ambiente. Desejou-lhe uma profícua gestão e finalizou  
153 dizendo que o CEIVAP conta com a Secretária para a boa condução da política de recursos hídricos.

154 A Sra. Secretária disse que, com certeza, se empenhará especialmente para o desenvolvimento do setor de  
155 gestão dos recursos hídricos. Convidou todos para sua posse no dia 9 de junho. Ressaltou que, nesse  
156 momento, houve uma conjunção feliz para o setor dos recursos hídricos no estado do Rio de Janeiro, com a  
157 posse do deputado estadual Carlos Minc (ex-Secretário de Estado de Meio Ambiente do Rio de Janeiro) no  
158 Ministério do Meio Ambiente; e a escolha de duas pessoas egressas de comitês de bacia para ocupar pastas  
159 estratégicas: ela, na Secretaria do Meio Ambiente; e na presidência da SERLA, seu substituto Sr. Luiz  
160 Firmino que, transcrevendo as palavras da Sra. Secretária, “fez um belo trabalho na bacia do lago de São  
161 João”. Ela anunciou que, entre os itens do Plano de Ação apresentado pelo Ministro Minc ao Presidente  
162 Lula, está o saneamento que, segundo a Secretária, o Ministro colocou como questão central do Ministério  
163 do Meio Ambiente. Ela citou o esgoto e a ocupação desordenada do solo pela população de baixa renda  
164 (questão habitacional) como os maiores responsáveis pela degradação dos rios. A Secretária de Meio  
165 Ambiente do Rio de Janeiro finalizou suas palavras ao Plenário do CEIVAP dizendo que, sempre que for  
166 chamada pelo Comitê para discutir questões cruciais, estará presente.

167 O Presidente do CEIVAP aproveitou a pausa nos trabalhos para saudar, ainda, o Prefeito de Matias  
168 Barbosa/MG, Sr. Joaquim Nascimento; o representante do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Rogério Bigio;

169 e a ex-Diretora da AGEVAP, Sra. Eliane Barbosa, hoje representando, no CEIVAP, a Secretaria de Estado  
170 de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.  
171  
172 Voltando à eleição do Secretário do CEIVAP, o representante da UERJ, Friedrich Wilhelm Herms, queixou-  
173 se de não ter sido informado, antes, da indicação do nome do Sr. Breno Gurgel. O representante do  
174 DAEE/SP respondeu dizendo que o Regimento Interno do CEIVAP não diz que a escolha da diretoria deva  
175 ser feita por consenso articulado anteriormente. No seu entender, a escolha deve ser feita na reunião plenária.  
176 E pediu que, se alguém não concordasse com a indicação do Sr. Breno Gurgel, que se manifestasse.  
177 O Presidente suspendeu a reunião por 15 minutos para que os representantes das organizações civis dos três  
178 estados presentes na reunião se reunissem e apresentassem seu candidato de consenso.  
179 Terminada a reunião do setor, o representante da ABES/RJ, Sr. José Alfredo Sertã, apresentou a conclusão  
180 do grupo. Ele disse que os representantes das organizações civis dos três estados ali presentes referendavam  
181 o nome do Sr. Breno Gurgel, por entender que ele satisfaz os requisitos para ocupar o cargo de Secretário.  
182 Porém ressaltou que, ainda segundo o entendimento do grupo, o Sr. Breno Gurgel ultrapassa a escolha de SP;  
183 ele, como Secretário do CEIVAP, passa a ser responsável por atender as expectativas do setor das  
184 organizações civis dos três estados. Por fim, deixou registrado seu desconforto pela falha na comunicação  
185 entre o setor das organizações civis dos três estados, que poderia ter indicado um nome de consenso.  
186 O Presidente do CEIVAP colocou em votação. O representante da ABES/SP, Sr. Breno Gurgel, foi eleito, por  
187 unanimidade, Secretário do CEIVAP, para cumprir mandato tampão, até as próximas eleições do Comitê, em  
188 março de 2009. O Presidente convidou-o para tomar parte da mesa, como Secretário do CEIVAP, e pediu  
189 uma salva de palmas para ele. O Secretário eleito agradeceu os amigos de São Paulo que indicaram seu  
190 nome. Penitenciou-se perante seus companheiros do Rio de Janeiro e de Minas Gerais pela falha na  
191 comunicação. Disse, ainda, que assumia a responsabilidade perante seus companheiros da sociedade civil do  
192 Rio de Janeiro e de Minas Gerais, de resgatar o valor do diálogo. Por fim, ele se dirigiu aos membros da  
193 Câmara Técnica do CEIVAP, explicando não ser possível acumular o cargo de coordenador da CTC e a  
194 Secretaria do CEIVAP, pois a agenda e as atribuições do Secretário são muitas.  
195

## 196 **5- Posse dos membros da Câmara Técnica Consultiva e apresentação do Coordenador**

197 Antes de empossar os novos membros da CTC, o Presidente lembrou que ainda faltavam quatro vagas do  
198 setor dos usuários do estado de São Paulo e três vagas do poder público do Rio de Janeiro, a serem  
199 preenchidas. O representante da EMBRAER, Sr. Mário Leonel Lima Regazzini, indicou para ocupar as  
200 vagas dos usuários de São Paulo as seguintes instituições: FIESP, CESP, SABESP e Votorantim. O  
201 Presidente do CEIVAP empossou os membros da Câmara Técnica Consultiva, titulares e suplentes,  
202 conforme a seguir: **Rio de Janeiro** - SERLA, AMPAS, Águas do Paraíba, BNG2, CEDAE, Nosso  
203 Vale!Nossa Vida, Instituto Ipanema, ABRH, FUNDENOR; **São Paulo** - DAEE, CETESB, Prefeitura de  
204 Tremembé, Prefeitura de São José dos Campos, Votorantim, CESP, FIESP, SABESP, ABES, UNA nas  
205 Águas, Vale Verde, Instituto Oikos; **Minas Gerais** - IGAM, FEAM, Prefeitura de Piau, Prefeitura de  
206 Santana do Deserto, CESAMA, Pousada Pedra Branca, Zona da Mata Geração, DEMSUR, FUNCEC,  
207 BIOCEP, Colégio Pio XII, UNIPAC.

208 O Presidente do CEIVAP lembrou que a CTC, na sua próxima reunião, marcada para o dia 30/05/08, deverá  
209 eleger novo Coordenador, para substituir o Sr. Breno Gurgel. Comunicou que, até a eleição, a Relatora, Sra.  
210 Vera Lúcia Teixeira, representante da ong Nosso Vale!Nossa Vida, ficará respondendo pela coordenação.  
211

## 212 **6- Apresentação do Grupo de Trabalho de Operação Hidráulica**

213 A convite da Diretoria do CEIVAP, o Sr. Marcelo Roberto Rocha de Carvalho, Engenheiro Civil da  
214 Divisão de Hidrologia de Furnas Centrais Elétricas S.A. e Coordenador do Grupo de Trabalho Permanente  
215 de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul – GTOH, fez uma  
216 apresentação sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo, em três anos de atividade. O GTOH foi criado  
217 pela Deliberação CEIVAP nº 53/2005 e tem por objetivos: a- Antecipar e analisar situação de conflitos  
218 envolvendo a operação hidráulica dos reservatórios e os usos múltiplos da água e propor soluções  
219 alternativas; b- Analisar e propor soluções alternativas para os critérios de operação hidráulica dos  
220 reservatórios do rio Paraíba do Sul e da transposição de água para o rio Guandu, visando o atendimento dos  
221 requisitos quantitativos; c- Atuar no sentido de propor formas de garantir o atendimento dos requisitos dos  
222 usos múltiplos da água; d- Divulgar informações correntes sobre aspectos quantitativos dos recursos hídricos  
223 nas bacias. Compõem o GTOH: os operadores de reservatório de regularização (Light, CESP, Furnas); os  
224 órgãos gestores estaduais de recursos hídricos (DAEE/SP, SERLA/RJ e IGAM/MG); representantes dos  
225 usuários da água do CEIVAP (SABESP/Kaiser-SP, SAAE de Barra Mansa-RJ e CESAMA-MG);

226 representantes dos usuários da água do Comitê do Guandu (CEDAE e Gerdau); representantes dos  
227 municípios da bacia do rio Paraíba do Sul (Tremembé e Redenção da Serra-SP e Barra do Piraí-RJ);  
228 representantes dos municípios da bacia do rio Guandu (Rio Claro-RJ). Além dos membros, o GTOH tem  
229 como convidados permanentes a Agência Nacional de Águas- ANA, a Agência Nacional de Energia Elétrica  
230 – ANEEL; os órgãos estaduais de controle ambiental (CETESB/SP, FEEMA/RJ e FEAM/MG) e o ONS –  
231 Operador Nacional do Sistema Elétrico, responsável por definir e fiscalizar, em articulação com a ANA, as  
232 condições de operação dos reservatórios.

233 Em seguida, o Coordenador do GTOH passou a relatar os principais assuntos discutidos e resoluções  
234 tomadas em cada reunião.

235 - **A primeira reunião** aconteceu em 5/4/2006, quando houve uma apresentação do ONS sobre o Sistema  
236 Interligado Nacional; nessa reunião foi analisada a solicitação da ANA e do ONS de realização de testes de  
237 redução da defluência mínima da UHE Funil para 80 metros cúbicos por segundo; discutiu-se a operação de  
238 Funil durante a cheia de fevereiro de 2006; e foi apresentado o relato da viagem de inspeção a Barra Mansa e  
239 Volta Redonda, realizada durante o pico da cheia pela equipe. O Coordenador do GTOH salientou a  
240 importância do controle de cheias feito pelas usinas hidrelétricas, para evitar inundações nos municípios à  
241 jusante dos reservatórios.

242 - **2ª Reunião**, realizada em 20/20/06, com apresentação do ONS sobre Plano Anual de controle de cheia.

243 - Na **3ª Reunião**, em 10/09/07, analisou-se a redução da vazão em Santa Cecília (devido ao problema na  
244 ponte de Caçapava, ameaçada pela proliferação de macrófitas); nessa reunião o ONS apresentou o Plano  
245 Anual de Prevenção de Cheias – ciclo 2007/08 – na bacia rio Paraíba do Sul; houve apresentação, também,  
246 do Superintendente de Usos Múltiplos da ANA, Joaquim Godim, abordando problemas do assoreamento,  
247 restrições de vazões mínimas e máximas e seus impactos sobre o armazenamento dos reservatórios, o  
248 problema das plantas aquáticas e o impacto das reduções de vazão à jusante de Santa Cecília.

249 O Coordenador do GTOH explicou que, muitas vezes, o setor elétrico tem que intervir para resolver  
250 problemas externos ao setor, que afetam a vazão do rio, como por exemplo o problema das macrófitas, que  
251 proliferam devido a excesso de carga orgânica (esgoto), sendo, portanto, um problema do setor de  
252 saneamento e não do setor elétrico. Ele relatou que as macrófitas no rio Paraíba do Sul, no trecho paulista,  
253 próximo a Caçapava, bloquearam o rio e pressionaram estruturas de pontes, que precisaram ser interditadas.  
254 Ele citou a ocupação irregular das margens como outra causa dos problemas que acabam afetando a vazão do  
255 rio, exigindo intervenção do setor elétrico.

256 Encerrando sua apresentação, o Coordenador do GTOH apresentou os resultados positivos obtidos pelo  
257 Grupo: deplecionamento gradual do reservatório de Funil; operação hidráulica contemplada no Plano da  
258 Bacia; realização de teleconferências; gestão transparente e participativa.

259 Ele ressaltou o amadurecimento do Grupo, ao longo do tempo, lembrando que, antes de ser formalmente  
260 criado o GTOH, havia sido constituído um grupo similar para enfrentamento da crise de abastecimento em  
261 2003. Segundo o Coordenador, nessa época houve muita polarização e as discussões aconteciam num clima  
262 muito tenso. De acordo com sua avaliação, agora todas as partes envolvidas na questão da operação dos  
263 reservatórios amadureceram; e, através de teleconferências, as discussões vão sendo travadas num clima  
264 ameno.

265 Por fim, relacionou as atividades futuras programadas: desenvolvimento de um modelo de simulação da  
266 operação hidráulica à montante de Santa Cecília; elaboração de uma regra de ajustamento automático da  
267 vazão objetiva em Santa Cecília, em função do armazenamento equivalente; acompanhamento junto ao ONS  
268 da implantação de metodologia SPEC de cálculo de volumes de espera; promover o intercâmbio de dados de  
269 quantidade com os de qualidade de água; elaboração do Regimento Interno do GTOH.

270 Encerrada a apresentação, a Secretária de Meio Ambiente do Rio de Janeiro parabenizou o Grupo de  
271 Trabalho de Operação Hidráulica pelos trabalhos realizados; e disse que é proposta da Secretaria de Meio  
272 Ambiente controlar e reverter a situação de ocupação irregular de margem de rios, intensificando a  
273 fiscalização e executando a remoção das ocupações irregulares. Anunciou a aprovação, pelo Conselho  
274 Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro - CERHI-RJ, da criação dos Comitês Estaduais do Médio  
275 Paraíba e das Bacias dos Rios Bengala e Dois Rios - BNG2. Com o Comitê do Piabanha, já instalado, e o  
276 Comitê da Foz em vias de ser criado, vão ser quatro comitês estaduais no trecho fluminense da bacia do rio  
277 Paraíba do Sul, contabilizou a Secretária Marilene Ramos.

278 O representante da UERJ propôs que seja criado o Grupo de Trabalho Ocupação de Margens e recomendou  
279 que se agilize a instalação do Grupo de Trabalho Macrófitas, para estudar e debater o problema da  
280 proliferação dessas plantas aquáticas que, segundo ele, traz impactos não apenas no trecho onde elas  
281 proliferam, mas também à jusante. Ele explicou que, por causa das macrófitas à montante, foi preciso reduzir  
282 a vazão no reservatório de Santa Cecília para 90 metros cúbicos por segundo, tendo sido necessário operar  
283 num regime de seca, sem estar na época da seca.

284 O representante do DAEE/SP e o representante da Agência Nacional de Águas, Wilde Gontijo Júnior,  
285 chamaram a atenção para a necessidade de se identificar as causas da proliferação de macrófitas, para agir  
286 preventivamente. Além da remoção é preciso fazer o trabalho de prevenção. O representante da ANA  
287 defendeu que, entre as medidas preventivas concretas, como a redução de lançamento de esgoto *in natura*, é  
288 preciso também usar as ferramentas de gestão que se tem em mãos: o enquadramento dos corpos d'água e a  
289 cobrança pelo uso da água.

290 A representante da Associação dos Advogados de São José dos Campos/SP, Sra. Andréa Francomano, se  
291 manifestou contrária à formação do GT Ocupação de Margens, pois o CEIVAP não tem poder para  
292 fiscalizar/coibir a ocupação irregular. Em defesa de sua proposta, o representante do Comitê do Guandu  
293 argumentou que o GT apenas faria o diagnóstico da situação, para contribuir com os órgãos competentes.

294 O gerente da SERLA no Médio Paraíba, Sr. Josemar Coimbra, disse que a solução para o problema da  
295 ocupação irregular das margens deve ser buscada pelos municípios e pelos órgãos estaduais de recursos  
296 hídricos, que têm poder de polícia. Ressaltou que à ocupação irregular soma-se o problema do assoreamento,  
297 que é o principal responsável pelas enchentes.

298 O Presidente do CEIVAP pediu que os membros apresentassem proposta concreta para o encaminhamento  
299 de soluções para resolver esses problemas em questão. A representante da SERLA/RJ, Sra. Fátima Casarin,  
300 sugeriu as ações necessárias sejam realizadas utilizando os 15% da cobrança pelo uso da água dos rios de  
301 domínio do estado do Rio de Janeiro, destinados à bacia do Paraíba do Sul, recursos esses que, segundo  
302 informou, já estão à disposição do CEIVAP no FUNDRHI – Fundo de Recursos Hídricos.

303 O representante da FUNDENOR - Fundação do Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional, Sr. Paulo  
304 Jorge Xavier de Souza, expôs a situação da foz do rio Paraíba do Sul, que tem uma malha muito grande de  
305 canais, abrangendo uma área de 45 a 50 km da calha do rio Paraíba do Sul completamente assoreada, com  
306 sérios problemas nas estruturas hidráulicas. Solicitou que os Grupos de Trabalho a serem instalados possam  
307 se deter também nos problemas da região da foz.

308 **Encaminhamentos:** 1- A AGEVAP deve tomar as providências necessárias para constituição e instalação  
309 do Grupo de Trabalho Macrófitas (já criado pela Deliberação CEIVAP nº 81/2006);

310 2- A Câmara Técnica deve analisar a minuta de Termo de Referência apresentada pela ANA para contratar  
311 ações de controle de macrófitas;

312 3- A Câmara Técnica deve analisar a proposta do representante da UERJ, de que seja criado o Grupo de  
313 Trabalho Ocupação de Margens.

314

## 315 **7- Deliberação que regulamenta a Comissão de Acompanhamento ao Contrato de Gestão**

316 A AGEVAP ficara encarregada de preparar uma minuta de Deliberação instituindo a Comissão de  
317 Acompanhamento do Contrato de Gestão ANA-AGEVAP. A Câmara Técnica recebeu da AGEVAP uma  
318 minuta dessa Deliberação, mas não teve condições de analisá-la porque estava incompleta – faltava definir a  
319 constituição e as atribuições da Comissão. O Coordenador Técnico da AGEVAP, Sr. Flávio Simões,  
320 informou haver complementado o que faltava na minuta da Deliberação e ofereceu-se para apresentá-la nessa  
321 reunião do CEIVAP, embora o Diretor interino tenha declarado desconhecer tal minuta; de qualquer forma, o  
322 Plenário não concordou em apreciar essa minuta complementada pelo Coordenador Técnico, por não ter sido  
323 encaminhada para os membros, previamente. O Presidente do CEIVAP lembrou que, por decisão tomada nas  
324 Oficinas de Planejamento Estratégico, essa Comissão deverá ser constituída por três membros – um de cada  
325 estado da Bacia; informou que Minas Gerais indicou a representante da Zona da Mata Geração, Sra. Maria  
326 Aparecida Vargas; São Paulo, o representante da SABESP, Sr. Mário Tinoco; e o Rio de Janeiro, a  
327 representante do Instituto Ipanema, Sra. Ninon Machado. O Presidente submeteu os três nomes à aprovação  
328 do Plenário, sendo aprovados, os três, por unanimidade.

329 **Encaminhamento:** A minuta de Deliberação CEIVAP instituindo a Comissão de  
330 Acompanhamento do Contrato de Gestão, com seu texto complementado com as atribuições da  
331 Comissão e com a constituição aprovada nesta Reunião Plenária, deve ser re-encaminhada para  
332 análise da Câmara Técnica e posterior apreciação do Plenário do CEIVAP.

333

## 334 **8- Previsão global de Receita oriunda da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para o** 335 **exercício de 2009**

336 O Diretor interino e Coordenador de Gestão da AGEVAP, Sr. Hendrik Mansur, apresentou a previsão global  
337 da receita oriunda da cobrança pelo uso da água na bacia do Paraíba do Sul para o exercício de 2009.  
338 Esclareceu que a previsão foi feita com base em informações fornecidas pela ANA, através de ofício com  
339 data de 27 de maio de 2008. O total de arrecadação com a cobrança pelo uso da água, previsto para 2009, é  
340 de **R\$ 23.387.611,96**, sendo R\$ 9.589.733,18 referente à previsão de valor dos boletos de cobrança a serem

341 emitidos em 2009; R\$ 608.704,00 – saldo de parcelamento a ser pago em 2009; R\$ 11.131.398,95 –  
342 estimativa de saldo referente ao pagamento em juízo em 31/12/07; R\$ 2.057.775,83 – estimativa de valor a  
343 ser pago em juízo no ano de 2008. O Diretor informou que a AGEVAP fará seu orçamento para 2009  
344 considerando a previsão realista de repasse de recursos financeiros da ANA para a AGEVAP, que é o valor  
345 de **R\$ 7.200.493,92**. Ele explicou que, para se chegar a esse valor, foram subtraídos do total de R\$  
346 **23.387.611,96** informado pela ANA, os valores previstos de inadimplência e os valores estimados a serem  
347 pagos em juízo.

348 O representante do DAEE/SP perguntou ao Diretor da AGEVAP se não foi prevista a arrecadação dos 15 %  
349 da cobrança pelo uso das águas transpostas para a bacia do Guandu. Ele respondeu que a previsão foi feita  
350 sobre os recursos repassados pela ANA, unicamente; quanto ao recurso da cobrança da transposição, ele  
351 disse que não há previsão de repasse pela SERLA.  
352

### 353 **9- Convênio IGAM-AGEVAP para o Comitê do Pomba-Muriaé e para o Comitê Preto-** 354 **Paraibuna**

355 O Diretor interino explicou que a AGEVAP, como entidade equiparada para exercer as funções de Agência  
356 de Bacia dos Comitês dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna e Pomba e Muriaé, vai celebrar  
357 dois Convênios com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas- IGAM: um para execução do serviço de  
358 levantamento, ratificação e complementação do cadastro de outorgas, tendo como objetivo identificar e  
359 registrar no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos os usuários outorgados nas bacias dos  
360 afluentes mineiros dos rios Preto/Paraibuna e Pomba/Muriaé; e o outro Convênio para a instalação de dois  
361 escritórios, que constituirão unidades da AGEVAP, enquanto esta estiver na condição de entidade equiparada  
362 a Agência de Bacia, para prestar apoio executivo aos Comitês Preto/ Paraibuna e Pomba/Muriaé. O Diretor  
363 informou que os dois Convênios passaram pela apreciação do Conselho de Administração da AGEVAP. O  
364 Plenário autorizou a AGEVAP a celebrar os convênios com o IGAM, por unanimidade, dispensando o  
365 Diretor de fazer a apresentação detalhada das minutas.  
366

### 367 **10-Apresentação da ANA sobre a situação de inadimplência, inscrição na Dívida Ativa e no** 368 **CADIM, pagamento em juízo, parcelamento de débitos, cobrança da transposição e Convênio** 369 **de Integração**

370 Primeiramente, o Gerente de Regulação da Superintendência de Outorga e Fiscalização da ANA, Sr. Alan  
371 Vaz Lopes, fez uma explanação sobre a situação atual do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos  
372 Hídricos – CNARH e o processo de regularização de usos. O primeiro sistema de cadastramento de usuários  
373 implantado pela ANA – o GESTIN – tinha algumas deficiências, que foram aperfeiçoadas no novo sistema,  
374 o CNARH, que está disponível na Internet, acessível a todos. No sistema do CNARH, há filtros que  
375 impedem a entrada de dados inconsistentes. O Gerente da ANA informou que, no CNARH, há o registro de  
376 10 tipos de uso da água; outra inovação incorporada pelo CNARH é a declaração anual de uso de recurso  
377 hídrico, que pode ser feita pelo usuário via internet, podendo ser declarada a vazão medida e não a vazão  
378 outorgada ou estimada; o Gerente ressaltou que a declaração anual de uso de recurso hídrico é instrumento  
379 importante para a fiscalização e para a cobrança pelo uso da água.

380 Prestou informações sobre o processo de regularização de uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul, citando  
381 a Campanha de Cadastramento em massa na bacia do Paraíba do Sul, realizada em 2002, com três meses de  
382 duração, quando foram cadastrados cerca de 4.000 usuários; relatou que, periodicamente, a ANA desenvolve  
383 campanhas de fiscalização, para coibir o uso ilegal – informou que foram desenvolvidas 19 campanhas de  
384 fiscalização, no período de 2001 a 2007 – uma média de 78 usuários é vistoriada por ano. Quanto à outorga,  
385 disse que houve um atraso na emissão das outorgas aos usuários cadastrados, porque muitos cadastros  
386 estavam incompletos ou apresentavam inconsistências. Em 2004, a ANA emitiu o primeiro lote de outorgas  
387 para apenas 21 usuários, que estavam com seus dados completos. Em 2006, mais 58 usuários foram  
388 outorgados. Informou que a ANA está preparando para emitir, ainda este ano, um terceiro lote de outorgas  
389 para 300 usuários. Ele mostrou o total de usuários cadastrados/outorgados nos rios federais da bacia do  
390 Paraíba do Sul, por tipo de uso, e avaliou que a maioria dos grandes e médios usuários já estão cadastrados,  
391 principalmente dos setores indústria e saneamento. Finalizando sua apresentação, o Gerente de Regulação da  
392 ANA disse que, com a ampliação do cadastro de usuários da bacia do Paraíba do Sul, foi possível levantar a  
393 situação da qualidade e quantidade da água na bacia; segundo seu parecer, não existe problema quanto à  
394 quantidade, e sim quanto à qualidade - os trechos mais poluídos da bacia são o alto Paraíba (região de São  
395 José dos Campos/SP); a bacia do rio Paraibuna (região de Juiz de Fora/MG); e região de Muriaé, também no  
396 trecho mineiro da bacia.

397 O técnico da ANA, Sr. Wilde Gontijo Jr., comunicou que o Gerente de Regulação da ANA colocou à  
398 disposição a equipe da ANA para o treinamento necessário à utilização do CNARH por parte da AGEVAP e  
399 da equipe que venha a ser contratada para trabalhar na complementação do cadastro de usuários nas bacias  
400 dos afluentes mineiros.

401 Na seqüência, o técnico da ANA iniciou sua apresentação sobre os temas solicitados à ANA pela AGEVAP,  
402 constantes da pauta, informando que foi acrescentado mais um tema: as ações contratadas pela ANA em  
403 2003, com recursos da cobrança, incluindo uma explanação sobre a metodologia utilizada pela ANA para  
404 acompanhamento das obras. A seguir, um resumo da apresentação do Sr. Wilde Gontijo:

405 **a- Balanço da arrecadação** - de 2003 a 2007, foi arrecadado o total de R\$ 32.500.000 (arredondado) – uma  
406 média de R\$ 6,5 milhões por ano, não incluído o pagamento em juízo.

407 **b- Inadimplência – inscrição na Dívida Ativa da União e no CADIN – Cadastro de Inadimplentes** - O  
408 índice de inadimplência é de 9,13%. De acordo com Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
409 – CNRH, são considerados inadimplentes os usuários que ficam 90 dias sem pagar; os inadimplentes  
410 recebem uma notificação da ANA, com o prazo de 65 dias para regularizar sua situação; depois disso, se o  
411 usuário não responde à notificação, são tomadas as medidas relativas à inscrição na Dívida Ativa da União e  
412 registro no CADIN. Hoje, há 68 usuários inadimplentes, dos quais 17 estão inscritos na Dívida Ativa  
413 (aqueles com dívida acima de R\$100,00); e 5 estão inscritos no CADIN (aqueles com dívida acima de R\$  
414 1.000,00). As entidades inscritas na Dívida Ativa da União ou no CADIN sofrem restrições para obtenção de  
415 créditos e financiamentos.

416 **c- Depósito em juízo** – a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN e a CEMIG moveram ação judicial contra  
417 a União, contestando a cobrança pelo uso da água, e por isso estão pagando em juízo – hoje há cerca de R\$ 9  
418 milhões depositados em juízo. Em ambas as ações, a União ganhou em primeira instância – as ações foram  
419 julgadas improcedentes. O CEIVAP deve agir politicamente para conseguir agilizar o julgamento dessas  
420 ações, ou conseguir que sejam suspensas.

421 **d- Parcelamento de débitos** – outra medida adotada para reduzir a inadimplência, que tem apresentado bons  
422 resultados, é o parcelamento de débitos. Cerca de 28 usuários parcelaram seus débitos; este ano foi  
423 arrecadado cerca de R\$ 1 milhão, originado dessa negociação para parcelamento de débito. Esse é um valor  
424 que está sendo agregado à arrecadação, graças à ação proativa do CEIVAP, que aprovou, por Deliberação, o  
425 parcelamento com um número alto de parcelas de baixo valor.

426 **e- Cobrança da transposição para a bacia do Guandu** – foi aprovada por Deliberação do CEIVAP, em  
427 2006; e, depois de aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, ficou em condição de  
428 ser operacionalizada, a partir de janeiro de 2007. A Deliberação do CEIVAP dispõe que 15% do que for  
429 arrecadado com a cobrança pelo uso da água na bacia do rio Guandu deve vir para a bacia do rio Paraíba do  
430 Sul. Mas existem algumas dificuldades, de ordem legal, para operacionalizar o repasse. Recomenda-se que o  
431 CEIVAP reative a Comissão da Cobrança da Transposição para o Guandu, para discutir os meios de  
432 viabilizar o repasse dos 15% para a bacia do Paraíba do Sul. Hoje tem R\$ 75 mil depositados no FUNDRIH -  
433 Fundo de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, para utilização na bacia do rio Paraíba do Sul,  
434 provenientes da cobrança pelo uso das águas transpostas.

435 **f- Convênio de Integração** - Em 2002, foi celebrado o primeiro Convênio de Integração entre os estados da  
436 bacia e a União, envolvendo o CEIVAP, a ANA, as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Recursos  
437 Hídricos e os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais. O Sr. Wilde Gontijo Jr. lembrou que a ANA fez  
438 muita coisa pela bacia, na primeira fase do Convênio: aplicou na bacia cerca de R\$ 50 milhões do PRODES  
439 – Programa de Despoluição de Bacias; implementou a primeira Campanha de Cadastramento dos usuários da  
440 bacia; financiou o Plano para a fase inicial da cobrança pelo uso da água, além de estudos sobre a cobrança e  
441 para a implantação da Agência da Bacia. Mas chamou a atenção para o fato de que, de 2002 a 2007, quando  
442 acabou o Convênio, conseguiu-se avançar muito pouco na articulação com os estados, tendo em vista a  
443 integração e harmonização das ações entre os Estados e dos Estados com a União. Recomendou que o  
444 Convênio de Integração seja retomado, propondo que o Grupo de Trabalho de Articulação Institucional  
445 criado no âmbito do CEIVAP conduza o processo para celebração de um novo Convênio de Integração,  
446 lembrando que o GTAI já discutiu essa questão e chegou a elaborar uma minuta de novo convênio.

447 **g- Ações contratadas pela ANA em 2003, com recursos da cobrança** – histórico: a cobrança pelo uso da  
448 água na bacia do Paraíba do Sul iniciou-se em março de 2003. Como a AGEVAP não estava instalada, a  
449 ANA assumiu a aplicação dos recursos. Foram firmados Contratos, para repasse dos recursos, entre a ANA,  
450 a Caixa Econômica Federal e os municípios tomadores. As ações contratadas para aplicação dos recursos  
451 arrecadados em 2003 foram as seguintes: estudos e projetos para Muriaé/MG e para Barra Mansa/RJ (para  
452 instalação de estações de tratamento de esgoto); hoje esses estudos e projetos já saíram do papel e se  
453 transformaram em obras – algumas concluídas e já tratando esgoto.



454 Também com a arrecadação de 2003 foram contratadas obras de infra-estrutura – esgotamento sanitário – em  
455 Jacareí/SP, Juiz de Fora/MG e Resende/RJ; nos dois primeiros casos, as obras foram concluídas mas não  
456 apresentaram os resultados esperados – ambos os projetos não conseguiram atingir as metas de redução de  
457 DBO; no caso de Resende, a obra não está concluída até hoje; foi paralisada e, recentemente, segundo  
458 informação do técnico da ANA, teria sido retomada. Para evitar situações como a do município de Resende,  
459 ele recomenda que o CEIVAP estabeleça prazo para conclusão da obra.

460 Os recursos de 2003 foram aplicados, ainda, em projetos de controle de erosão nos municípios de Ubá/MG e  
461 de Barra Mansa/RJ (R\$ 1.200.000,00 para cada projeto); os resultados foram mínimos, por falta de  
462 capacitação dos municípios para implementar esse tipo de projeto. Em Ubá, estavam previstas 18  
463 intervenções e só foi realizada uma; a Caixa Econômica disse que os municípios estão enfrentando  
464 problemas técnicos. O técnico da ANA concluiu sua apresentação alertando que é preciso definir  
465 metodologia clara e inteligente para utilização do pequeno recurso da cobrança, para otimizar sua aplicação.  
466 Ele recomenda que, primeiramente, seja feita uma capacitação das pequenas prefeituras para elaboração de  
467 projetos, pois uma boa obra precisa de um bom projeto.

468 **Encaminhamentos:** 1- A Secretaria Executiva do CEIVAP deverá distribuir para os membros do Comitê a  
469 apresentação do representante da ANA, Sr. Wilde Gontijo Jr., sobre aspectos da cobrança pelo uso da água  
470 na bacia do Paraíba do Sul - inadimplência, inscrição na Dívida Ativa da União e no CADIN, pagamento em  
471 juízo, parcelamento de débitos, cobrança da transposição, Convênio de Integração, Aplicação dos recursos  
472 arrecadados em 2003 - para que eles possam analisar as informações dadas pelo representante da  
473 ANA. Considerando que nessa reunião não houve tempo para colocar em debate a apresentação em questão,  
474 os assuntos abordados deverão ser incluídos na pauta da próxima reunião;

475 2- Deverá constar da pauta da próxima reunião a criação/instituição da Comissão do Plano de Aplicação dos  
476 recursos da cobrança pelo uso da água.

477

## 478 **11- Apresentação de proposta de elaboração conjunta com o sistema CEIVAP/AGEVAP do** 479 **“Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul”**

480 O Presidente do CEIVAP convidou o representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano  
481 do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Rogério Bigio, para apresentar o item de pauta acima descrito. Ele  
482 explicou que a SRHU está propondo que o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba  
483 do Sul seja construído em conjunto com o CEIVAP, devendo ser elaborado, conjuntamente, inclusive o  
484 Termo de Referência. A meta é elaborar, de forma participativa, o Programa de Revitalização da Bacia do  
485 Paraíba do Sul, a partir da integração de diretrizes estabelecidas pela SRHU e pelo Plano de Recursos  
486 Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul. O Programa deve incluir ações sócio-econômicas e ambientais, como  
487 por exemplo, incentivo à economia sustentável e à prática da agricultura orgânica, programas comunitários  
488 de geração de renda, etc. Essas são ações que, conforme explicou o representante da SRHU, acabam  
489 influenciando na qualidade e quantidade de água. Os parceiros institucionais desse Programa seriam o  
490 CEIVAP e outros organismos das sub-bacias. Resumindo, o representante da SRHU enumerou três projetos  
491 em andamento na Secretaria para a bacia do Paraíba do Sul: 1- Elaboração do Programa de Revitalização da  
492 Bacia; 2- Implantação do projeto-piloto para a bacia do rio Barra Mansa, para o qual foi repassado, através  
493 de um aditivo ao Contrato de Gestão ANA-AGEVAP, o recurso de R\$ 200.000,00, valor já depositado na  
494 conta da AGEVAP. O Projeto-piloto para a bacia do rio Barra Mansa visa fazer um levantamento de dados  
495 secundários, dentro dos seguintes temas: planejamento e informação; fortalecimento institucional e educação  
496 ambiental; proteção e uso sustentável dos recursos naturais; planejamento ambiental e qualidade da água; e  
497 economia sustentável; o projeto-piloto da bacia do rio Barra Mansa deve mostrar o que precisa ser feito para  
498 a bacia como um todo, no âmbito do Programa de Revitalização; 3- E o terceiro projeto da SRHU para a  
499 bacia do Paraíba do Sul é a criação do sistema de informação da bacia; o representante da SRHU explicou  
500 que trata-se de um sistema de informação mais voltado para dados ambientais, que procura dar visibilidade  
501 geral ao que está acontecendo na bacia. Encerrando sua apresentação, ele sugeriu que seja montado um  
502 grupo técnico de trabalho do CEIVAP para estabelecer uma ponte entre o Comitê e a SRHU, para que seja  
503 possível avançar nessa proposta de construção conjunta do Programa de Revitalização da Bacia do Rio  
504 Paraíba do Sul.

505 O Diretor interino da AGEVAP informou que, na próxima semana, será feita uma reunião com os  
506 municípios envolvidos, de Barra Mansa e Rio Claro, para discutir o Projeto-piloto.

507 **Encaminhamento:** A Câmara Técnica Consultiva deverá elaborar uma proposta de parceria do  
508 CEIVAP com a SRHU – Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do  
509 Meio Ambiente, para elaboração e implementação do Programa de Revitalização da Bacia  
510 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

511  
512  
513  
514  
515  
516  
517  
518  
519  
520  
521  
522  
523  
524  
525  
526  
527  
528  
529  
530  
531  
532  
533  
534  
535  
536  
537  
538  
539  
540  
541  
542  
543  
544  
545  
546  
547  
548  
549  
550  
551  
552  
553  
554  
555  
556  
557  
558  
559  
560  
561  
562  
563  
564  
565  
566  
567

## **12-Assuntos gerais**

- O representante da Prefeitura de Piau/MG, Sr. Virgílio Furtado, propôs que a próxima reunião do CEIVAP seja em Juiz de Fora, Minas Gerais, proposta que foi aprovada.

- A representante da ong Nosso Vale!Nossa Vida/RJ, Sra. Vera Lúcia Teixeira, lembrou que já foi criado um grupo para discutir o projeto-piloto de Barra Mansa, integrado por ela, pelo Diretor interino da AGEVAP, pelo representante da AMPAS, Sr. Renine César de Oliveira, e pela representante da ABRH/RJ, Sra. Lígia Nascimento. Sugeriu que este grupo seja ampliado, com a inclusão de um integrante do estado de São Paulo e outro de Minas Gerais.

- O representante da UERJ, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, anunciou a realização do 10º Encontro Nacional de Comitês de Bacia, que este ano será no Rio de Janeiro, de 10 a 14 de novembro. Ele falou sobre os temas que serão desenvolvidos, cada dia, e informou que o prazo para inscrições de trabalho vai até setembro. Disse que serão realizados 15 mini cursos com 100 vagas cada; estão programadas, também, várias visitas técnicas. Segundo ele, a previsão é de que cerca de 2000 pessoas participarão do Encontro.

- O representante da Fazenda Pedra Branca/MG, Sr. Cláudio Amaral, solicitou ao Presidente do CEIVAP resposta a dois ofícios enviados pelo Prefeito de Guidoal/MG: o Ofício nº 074, de 13 de março de 2008, solicitando que o CEIVAP contemple com recursos da cobrança pelo uso da água, destinados a obras estruturais, prioritariamente, os municípios que capturem recursos de outras fontes, considerando esses outros recursos captados como contrapartida. O outro ofício, de nº 073, solicita que o saldo residual da arrecadação de 2007, em torno de R\$ 800 mil, seja destinado exclusivamente aos municípios com menos de 25 mil habitantes. O Presidente disse que, quanto ao pleito do Ofício nº 073, o CEIVAP deliberou, na última reunião, que esse assunto seja encaminhado para análise da Câmara Técnica. Quanto ao Ofício nº 074, ele disse que a utilização de recursos externos como contrapartida está prevista nas regras para hierarquização dos projetos. O Presidente do CEIVAP disse ao representante da Pousada Pedra Branca que irá responder formalmente esses dois ofícios.

- O representante do DAEE/SP, Sr. Edílson de Paula Andrade, solicitou que, a partir da próxima reunião plenária do CEIVAP, seja aberto um tempo de até 5 minutos para os informes dos organismos da bacia. Recomendou que o Grupo de Trabalho de Articulação Institucional prepare os organismos para participarem de forma mais estruturada no Encontro Nacional de Comitês.

- A representante da ABRH/RJ, Sra. Lígia Nascimento, convidou para o II Simpósio de Recursos Hídricos do Sul-Sudeste, a se realizar no Rio de Janeiro, de 12 a 17 de outubro, reunindo 7 estados das regiões Sul-Sudeste, com expectativa de participação de 900 pessoas com 300 trabalhos inscritos.

- O representante da CESAMA/MG, Sr. Paulo Valverde, informou que as obras da ETE Barbosa Laje, em Juiz de Fora/MG, contemplada com recursos da cobrança de 2003, mencionada pelo representante da ANA, foram retomadas e estão em andamento.

**Encaminhamento:** A Câmara Técnica deverá analisar o pleito dos prefeitos mineiros (encaminhado à diretoria do CEIVAP, através de ofício), de que o resíduo da arrecadação de 2007 (da ordem de R\$ 800 mil) seja destinado aos municípios com menos de 25 mil habitantes, para elaboração de projetos executivos.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CEIVAP agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Virgínia Dias Calaes, secretária *ad-hoc*, e, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente, Sr. Paulo Teodoro de Carvalho, que a presidiu, e pelo Secretário eleito e empossado nessa reunião, Sr. Breno Gurgel.

**ATA aprovada na 1ª Reunião Extraordinária do CEIVAP, de 20 e 21 de agosto de 2008.**

Resende, 29 de maio de 2008

Paulo Teodoro de Carvalho  
Presidente do CEIVAP

Breno Gurgel  
Secretário

568

569